

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL PARA A COMUNIDADE DE RIO SIRITUBA, ILHAS DE ABAETETUBA – PARÁ

RURAL TERRITORIAL DEVELOPMENT FOR THE COMMUNITY OF RIO SIRITUBA, ISLANDS OF ABAETETUBA – PARÁ

Manoel de Jesus Sousa Pereira

Graduado em Geografia

Universidade Federal do Pará

manoelsp80@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9401-3683>

Joanice Moraes Ferreira

Graduada em Geografia

Universidade Federal do Pará

joanicegeo2015@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6339-8302>

José Edilson Cardoso Rodrigues

Doutor em Geografia

Universidade Federal do Pará

jecrodrigues@ufpa.br

<https://orcid.org/0000-0001-8280-6371>

RESUMO

O estudo do território ribeirinho, foi realizado na comunidade Rio Sirituba, município de Abaetetuba-PA, tendo como fundamento conceitual o território a partir de um olhar da questão agrária camponês e capitalista. O trabalho visou mostrar a relação de ocupação do Rio Sirituba e o processo de desenvolvimento territorial e as formas de organização presentes na comunidade. Foram realizadas pesquisa de campo, levantamento bibliográfico, entrevistas estruturadas com moradores da comunidade e Agentes Comunitários de Saúde, produção cartográfica de localização do Rio Sirituba. Os moradores, possuem formas de lidar com os recursos disponíveis, a fim de manter sua sustentabilidade ou para o excedente com fins comerciais. No Rio Sirituba, pode-se constatar, que as transformações que ocorreram com o passar das décadas, não foram frutos de conflitos, ou de influencias das grandes empresas, essas mudanças surgiram a partir das necessidades dos povos locais de se adequarem as novas realidades de trabalho, que melhor oferecem sustentabilidade, visto que os engenhos da localidade e a plantação da cana de açúcar já se exauriu, e os pequenos produtores agrícolas possuem dificuldades de escoarem suas produções, por isso a necessidade das associações, cooperativas, instituições religiosas e escolas se organizarem em prol do fortalecimento comunidades tradicionais e ribeirinhas.

Palavras-chave: Modo de Vida – Rio Sirituba – Desenvolvimento territorial – Família – Organizações.

ABSTRACT

The study of the riverside territory was carried out in the Community Of Sirituba, municipality of Abaetetuba-PA, having as conceptual foundation the territory from a look at the agrarian issue peasant and capitalist. The work aimed to show the relationship of occupation of the Sirituba River and the process of territorial development and the forms of organization present in the community. Field research, bibliographic survey, structured interviews with community residents and Community Health Agents, cartographic production of Sirituba River location were carried out. Residents have ways of dealing with available resources in order to maintain their sustainability or for surplus for commercial purposes. In the Sirituba River, it can be seen that the transformations that have occurred over the decades have not been the result of conflicts, or influences of large companies, these changes arose from the needs of local peoples to adapt to the new work realities, which better offer sustainability, since the mills of the locality and the planting of sugarcane have already exhausted, and small agricultural producers have difficulties to drain their production, , therefore, the need for associations, cooperatives, religious institutions and schools to organize themselves in favor of strengthening traditional and riverside communities.

Keywords: Way of Life - Sirituba River - Territorial development – Family - Organizations.

INTRODUÇÃO

O texto sobre o desenvolvimento territorial rural para a comunidade de Rio Sirituba, Ilha de Abaetetuba – Pará apresenta um discurso sobre o território ribeirinho tendo como base, textos de autores que apresentaram o território a partir de um olhar da questão agrária camponês e um olhar da questão agrária capitalista, assim tem Fernandes (2004); Sobreiro Filho et al (2018); Sobreiro Filho (2020); Leitura de trabalhos acadêmicos de estudantes que já realizaram pesquisas no Rio Sirituba, entrevista com moradores da comunidade e outros autores que discutem sobre esses territórios.

As maiorias das cidades no estado do Pará nasceram em lugares próximos ao rio ou no litoral. Estudos mostram que as cidades mais antigas surgiram, porque foram exploradas por outros povos. Sabe-se que antes da colonização já havia pessoas morando nesses territórios, a cidade de Abaetetuba surgiu na margem de um rio (Rio Maratauíra) que é afluente do Rio Tocantins, com um pequeno povoado em meados de 1724, e recebeu o título de Município em 1895. As pessoas que passaram a residir nas ilhas, começaram a trabalhar com a extração de produtos da natureza para se manterem, e faziam a troca de produtos com os outros moradores

de outras comunidades, e levavam o excedente para comercializar na feira da cidade. Com o decorrer do tempo, os moradores das ilhas deram início a prática de algumas agriculturas de subsistência em suas terras, produção destinada para a própria comercialização, troca e venda na cidade. Também desenvolveram a prática da pesca, da caça, artesanato, entre outros.

Atualmente os moradores das comunidades ribeirinhas ainda têm essas atividades de plantar, extrair e pescar para levar até a feira da cidade, assim também como, se reconstrói seu modo de vida incorporando outras atividades como o açaí, artesanato de matapi, pequenos comércios (mercearias), pequenos bares, espaço de lazer como arenas de futebol e outros para se manter no lugar. Assim o texto mostra o território dos moradores que residem no Rio Sirituba, Ilhas de Abaetetuba-PA, e visou revelar a relação de ocupação do referido local, como aconteceu o processo de desenvolvimento territorial da comunidade, e as formas de organização presentes na mesma. O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi & Lakatos (2008), um estudo bibliográfico fazer-se uso de materiais escritos que fornece dados relevantes relacionados ao tema e objetivo do estudo, visto que se buscou estudar, como o processo agrário se manifestou no referido grupo a partir de estudos já realizados na citada localidade, também o referido estudo é caracterizado como uma pesquisa de campo.

A pesquisa de campo segundo Marconi & Lakatos (2008) é aquela utilizada para conseguir informações/conhecimentos a cerca de um determinado problema, utilizando-se de técnicas seletivas de acordo com a amostragem, que foi determinada na elaboração e conclusão da pesquisa. Nesse trabalho a pesquisa de campo se deu através de entrevista estruturada direcionada a dois idosos que residem na localidade e uma Agente Comunitária de Saúde - ACS.

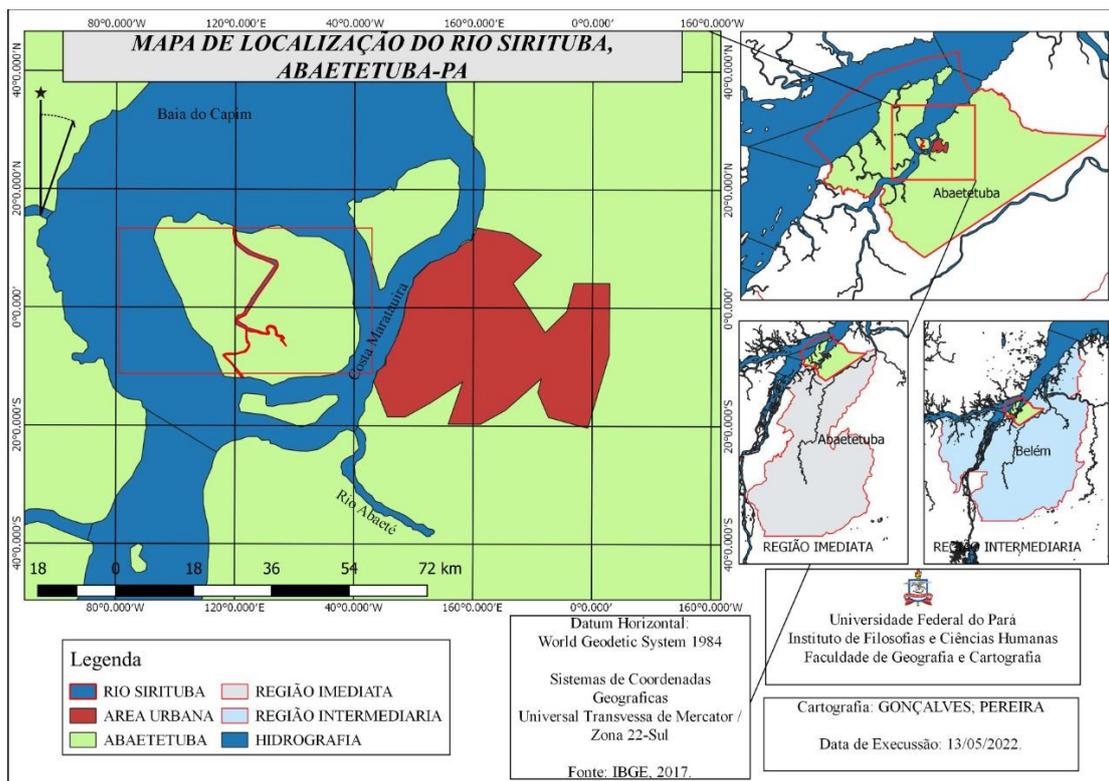
As ações ou intervenções no modo de vida das comunidades tradicionais deveria ter por parte do estado, intervenção em benefícios das populações que estão mais tempo nesses lugares. Assim a importância das formas de organização presente na comunidade para dialogar com os três níveis de governos, para cuidar dos interesses das populações que mais precisa da política pública. Assim, como as organizações presente na comunidade dialogam com essa questão dos

grandes projetos que impactam o modo de vida e pensar em políticas públicas para resistir sobre tais ameaças na comunidade ribeirinha de Rio Sirituba.

HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE RIO SIRITUBA

O Município de Abaetetuba está localizado no Nordeste do estado do Pará na região imediata de Abaetetuba e na região intermediária de Belém, segundo IBGE 2017. A Comunidade de Rio Sirituba localiza-se na Ilha de mesmo nome Sirituba (Figura 01), que agrega mais três comunidades tradicionais ribeirinhas que são: Costa Sirituba, Costa Campompema e Tabatinga.

Figura 01: Localização Geográfica da Ilha Sirituba e suas comunidades



Fonte: GONÇALVES; PEREIRA (2022).

O Rio Sirituba é inteiro constituído por áreas de várzeas, mas ele sofre assoreamento ou erosão todos os dias, isso acontece devido à ação do vento que gera a maresia e essa entra em contato com as margens do rio, que em sua maioria encontra assoreada por fatores naturais e humanos. O Rio Sirituba, encontram-se sob gestão da superintendência do patrimônio da União no Estado do Pará – SPU/PA (IDESP, 2011). De acordo com Silva, Silva e Rodrigues (2002 apud SOUSA, BARROS e SILVA, 2015). Como a comunidade Rio Sirituba situa-se em área baixa (várzea baixa) é inundado pelo menos duas vezes ao mês, período que compreende as marés de sizígias, também conhecida como marés vivas ou cabeça d'água, quando a maré apresenta o maior pico e inunda mais a terra, fato que coincide com as luas cheias e novas, (SOUSA, BARROS e SILVA, 2015). A situação fundiária foi regularizada no ano de 2005, pela outorga de termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) do Programa Nova Várzea da SPU/PA e em seguida pela criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Santa Maria, o que beneficiou 248 famílias agroextrativistas ribeirinhas (BRASIL, 2013).

A população que reside na comunidade de Rio Sirituba está estimada em 730 habitantes e 197 famílias, segundo dados levantados com a Agente Comunitário de Saúde (ACS, 2022). Segundo o morador “A” e “B”, relataram que os primeiros habitantes da comunidade foram imigrantes, que vieram de outros lugares e residiram a ilha, e assim foram constituindo famílias e se assentaram nessa região, os primeiros moradores exerciam as atividades de caça de pequenos animais, pesca, artesanato e plantação de produtos de subsistência que trocavam e vendiam na área do povoado.

Ainda de acordo com os entrevistados, a partir da década de 60, surgiram as plantações de cana de açúcar, milho, melancia, arroz e outros produtos, onde a cana de açúcar abastecia os engenhos, descreveram ainda que em meados da década de 70 e 80, estava no auge a coleta de sementes de seringa, virola e o látex, mas ressaltaram que sempre estava presente a pesca, o artesanato, a cultura de plantação de subsistência. Continuando a entrevista sobre o histórico do trabalho econômico do Rio Sirituba, os entrevistados abordaram que no final da década de 80 e início da década de 90, após o fim do ciclo da borracha e dos engenhos, as pessoas que moravam na comunidade, exerceram outras atividades para se manterem as margens como: a

colheita do açaí (que é a bola da vez), a caça, a pesca, o artesanato do matapi, bares, arenas e outros.

A comunidade de Rio Sirituba é uma das sociedades ribeirinhas mais populosas do Município de Abaetetuba-PA. Para Moraes e Paiva (2016) a formação do povo ribeirinho se deu:

A formação sócio espacial da Amazônia até a primeira metade do século XX se deu através do rio, que tinha como personagem principal o ribeirinho. Com a ocupação da Amazônia em torno dos fortes e as vilas foram se constituindo núcleo urbanos, que com o passar do tempo foram se estruturando e posteriormente se tornando cidades (MORAES e PAIVA, 2016, p. 133).

Segundo Cotta, Verbicaro e Váz, (2008.), as comunidades foi o palco das primeiras mobilizações sociais ribeirinhas pela defesa do território que foram formadas a menos de sete décadas, portanto uma população recente composta a partir do meio rural, no qual estão inseridos. O Decreto Nº7. 375, de 4 de dezembro do ano de 2010, descreve a classificação dos povos e tipos de trabalho que eles desenvolvem na floresta:

Os agricultores, famílias e extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados, da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (DECRETO Nº7. 375, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010).

Sobre sua área de lazer e organização social, segundo o entrevistado “A”, a comunidade se destaca com duas arenas esportivas que nos finais de semana aglomeram pessoas de outras comunidades, ou seja, são áreas de lazer, salão de festas, sede da Associação do Assentamento Agroextrativista (PAE) Santa Maria Rio Sirituba, as casas são a maioria no formato de palafita, poucas em alvenaria, com energia elétrica, Escola Municipal de ensino infantil, fundamental e médio, com duas igrejas sendo uma católica e outra evangélica, mercearias, venda de combustíveis e outros. Sousa et al, (2015.) já dava a seguinte caracterização da comunidade:

(...) é formada por um conglomerado de casas ribeirinhas as margens do rio Sirituba que, embora povoada há muitos anos, ganhou o status de comunidade há apenas 52 anos, por intervenção da igreja católica, que percebendo a expansão do povoamento às margens do rio Sirituba viu a necessidade da organização comunitária, o que culminou na construção da primeira igreja

(...). (...) A comunidade possui uma Escola de Ensino Fundamental e Médio que oportunizam a educação formal das crianças e jovens. Funcionam nos turnos (manhã e tarde), as disciplinas são ofertadas no regime regular para o ensino infantil e modular do 6º ano do ensino fundamental maior, com professores do Rio, Abaetetuba e Belém (...). (...) Estes últimos deslocam-se para a comunidade diariamente ou semanalmente (...). (...) A comunidade também conta com barco escolar que deslocam os alunos para a escola. Espaço de lazer também é encontrado, com destaque para duas quadras de futebol, construídas em alvenaria com piso de serragem de madeira e as comunidades vizinhas nos finais de semana se deslocam para essas arenas para realizar o futebol e barracões de festas dançantes (...). (SOUSA et al, 2015, p 30-32)

Segundo a entrevistada “B”, os primeiros moradores da comunidade de Rio Sirituba trabalhavam na produção de borracha, de coleta de sementes de seringa e virola, nome científico (Virola Surinamensis Warb), conhecida popularmente como ucuuba, além da produção da cana de açúcar, trabalhavam em olarias, sempre incorporando em suas atividades a pescaria, cultivavam milho, arroz, melancia que eram vendidas para os engenhos de cana, quando os engenhos desapareceram, essas atividades perderam importância, surgindo assim a atividade da exploração do açaí, como uma das mais importantes. De acordo com dados da entrevista, até nos dias atuais, a pesca do peixe, camarão, artesanato de matapi junto com o açaí, são as principais atividades que abastecem o centro urbano, junto com a coleta do fruto de miriti ou buruti conhecido em outras regiões, e o artesanato da confecção do matapi (armadilha para pescar camarão).

Segundo o entrevistado “A” na comunidade de Rio Sirituba existem muitas pessoas que ainda não são alfabetizadas, levando em consideração, que a população da comunidade em 2022 é de aproximadamente 730 habitantes, pode se dizer que desses moradores desde os mais novos aos mais antigos, existem aproximadamente mais de 200 pessoas que não são alfabetizadas.

A QUESTÃO AGRÁRIA CAMPONÊSA E A QUESTÃO AGRÁRIA CAPITALISTA

Entende-se o conceito de território segundo Fernandes (2004), é um espaço social em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, históricas, ou seja, as relações sociais

em suas complexidades, espacialmente e temporalidade. A questão agrária no debate de autores que pensam as formas de desenvolvimento territorial para se realizadas não são tão antigas, tem o debate nas publicações, a partir do começo dos anos 1990. Fernandes apresenta duas questões fundamentais na construção deste conceito. A primeira refere-se à preocupação das instituições a respeito do desenvolvimento territorial e a segunda a abordagem fashion com que a questão territorial vem sendo tratada. Para Fernandes (2004):

No primeiro ponto de partida e chegada é o pensamento consensual, esse pensamento, lê a realidade sem considerar suas contradições produtoras de conflitualidades, um pensamento de cunho neoliberal, que procura convencer os movimentos populares e as comunidades rurais que devem procurar o desenvolvimento sustentável sem criar oposições. Já a fashion prevalece o conceito produzido pelas instituições que promovem o controle político em questão. essa produção conceitual parte de sua visão de mundo e de seus interesses em implantar determinados modelos de desenvolvimento. esses conceitos tornam amplamente usados por governos, cientistas e movimentos sociais e cuja aplicação contribui pouco para a compreensão do território em questão, de modo que o desenvolvimento reproduz mais intensamente a pobreza que se propõem a diminuir. (FERNANDES, 2004, p. 41).

Na comunidade de Rio Sirituba identifica um modo de vida ribeirinho que se equipara mais com o modo de vida da questão agrária camponês, uma vez que, a produção e a unidade familiar não pode ser explicar pelo trabalho, pois, não tem trabalho assalariado, não produz mais valia, ou seja, uma relação de trabalho de doação é uma classe distinta com um modo de vida, que não se organiza a partir de instrumentos técnicos e as tecnologias por essa população são consumidas. Fernandes (2004):

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital (FERNANDES, 2004, p. 4).

No texto de Fernandes (2004), a questão de lutas por direitos é bem antiga e se dá por conta da diferença de renda e modo como a terra é usada pelo camponês e o grande proprietário de terra ou grande capital.

O conflito é um dos atributos do espaço e este geralmente se dá em relação de classe no campo que pressupõem conflitos e a propriedade privada, o conflito está pulverizado por todo o campo, este conflito reside por ações coletivas e formas e ações que podem ser individuais como o direito do corpo. Para Fernandes (2004):

A ocupação gera o conflito. Isso é fato. Entretanto, é preciso estar atento para a amplitude do fato e observar as dimensões da conflitualidade. Neste contexto, o conflito, evidentemente, não é ocasionado unilateralmente. Ele é uma reação ao processo de exclusão. A ocupação não é o começo da conflitualidade nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo. De um lado, o capital destrói e recria o campesinato, a partir de sua lógica e princípios. De outro lado, o campesinato também se recria, rompendo com a lógica e com os princípios do capital. A reprodução de ambas as formas de organização social é incongruente, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando conflitualidade, promovendo desenvolvimentos. O tensionamento da questão agrária é gerado por um modelo de desenvolvimento, que aumenta a conflitualidade por causa da expropriação, concentração da terra e das riquezas. Quem perde com o tensionamento da questão agrária são os camponeses, que são presos, assassinados, expropriados e suas organizações políticas entram em refluxo. A luta pela terra, pela reforma agrária e de formação da agricultura camponesa são políticas desse modelo. Quem ganha com a distensão da questão agrária é toda a sociedade, por causa da diminuição das desigualdades, do desenvolvimento regional e fortalecimento da democracia. História ensina que na conflitualidade da questão agrária não existem tregua perene nem rendição total, há transigência e intolerância. Estes são os elementos da complexidade: o paradoxo e a contradição, que compreendidos, nos desafia a tomar decisões a respeito do tratamento da questão agrária. A questão agrária não pode ser ignorada, nem se alimentar de nossas incertezas; não pode nos destruir, nem nos anular. Embora seja uma unidade de desunidade, é sempre uma possibilidade. Todavia, este estado possível depende das compreensões da questão agrária, que são construídas pelos diferentes paradigmas (FERNANDES, 2004, p. 8).

No Brasil sempre teve a luta pelo território com os grandes proprietários de terra e as pessoas que têm seu modo de vida para se manter com o modo de vida no lugar.

Em se tratando do Brasil desde sua colonização existe a expropriação das terras indígenas até os dias atuais, com o dito desenvolvimento do lugar, mas para quem esse “dito desenvolvimento”, as formas como as pessoas são tiradas de seus territórios foram ganhando

formas diferentes e muitas vezes passam despercebidas pela população, seja nas grandes cidades com o aumento do valor do imóvel e junto com as melhorias no lugar considerado centro urbano, com alto valor de tarifas de vários impostos, as pessoas que não tem recurso para pagar são levadas para as periferias, ou seja, uma separação de classe e como acontece também nas terras ribeirinhas, camponês, indígenas e quilombolas no qual essas terras são fornecidas para grandes empresas para a mineração, construção de hidrelétricas, implantação de portos. Pode-se assim dizer que existe a disputa por terra e as populações desses locais tem que encontrar maneiras para se manter no local, mudando a forma como lhe dá com o território que passa a ter outro valor para as empresas e os políticos. Segundo Fernandes (2004),

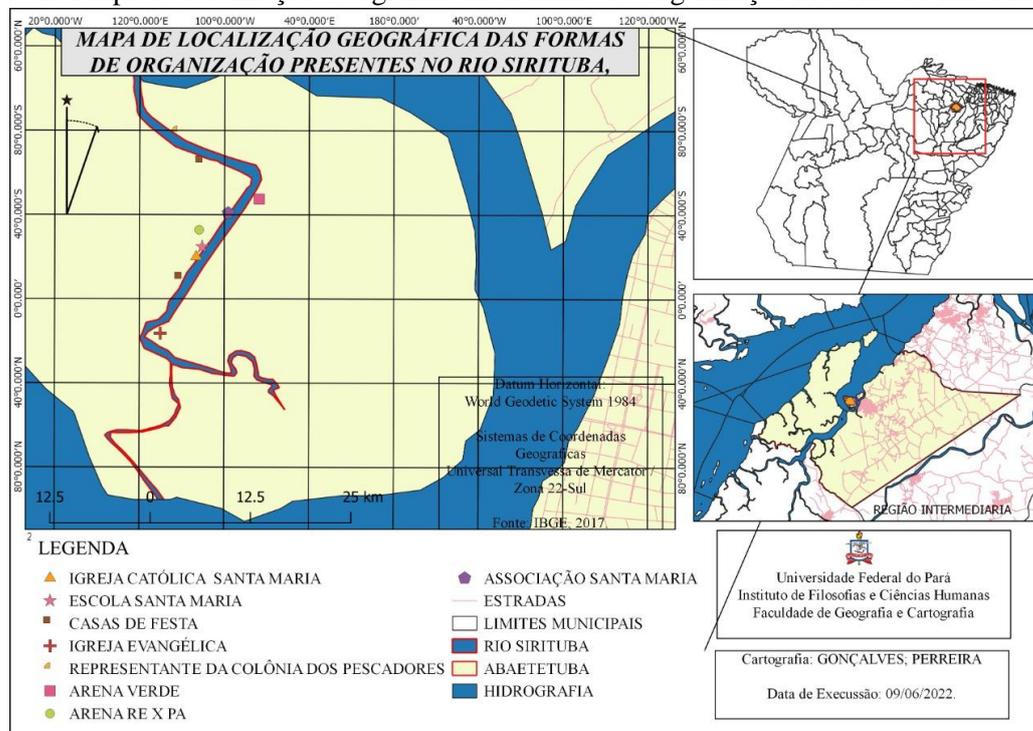
A desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Ela também desenvolve o conflito, porque as pessoas não são objetos que compõem unidades de produção. São sujeitos históricos que resistem à exploração e a expropriação, bem como querem compartilhar os resultados da produção de seu trabalho. Portanto, o desenvolvimento político econômico é igualmente o desenvolvimento de conflitos. O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto, a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas, às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo - cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é antes de tudo uma questão territorial. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as ideias transformando em território até mesmo as palavras. (FERNANDES, 2004, p. 26).

O espaço na história é um testemunho na história do passado e isso quer dizer que através da ocupação da terra é possível fazer a reforma agrária com os movimentos sociais e com isso incluírem a segurança alimentar, espaços sociais, culturais e seja um lugar de livres de ideias.

AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRESENTE NA COMUNIDADE DE RIO SIRTUBA

Existem na comunidade, várias entidades de organização, como: entidades religiosas, Associação Z-14 de Abaetetuba, Escola Santa Maria e Associação do Assentamento Agroextrativista (PAE) Santa Maria Rio Sirituba, mas essas são fragmentadas, isso é, cada entidade tem controle em um grupo diferente de moradores (Figura 02). O processo de juntar todos esses atores em uma luta comum é difícil, uma vez que, os moradores são carentes de recursos financeiros e se não trabalharem podem ficarem sem alimentação, logo, a participação da comunidade tem esses entraves, mais na atual conjuntura do momento político é importante a organização na comunidade.

Figura 02: Mapa de localização Geográfica das Formas de Organização Presente do Rio Sirituba



Fonte: (GONÇALES; PEREIRA, 2022).

Como se pode compreender, a situação atual das políticas para a classe que vive no campo não é interessante para o governo contemporâneo, sendo que as populações que vivem nessas áreas que não estão inseridas no grande capital são tidas como atrasadas e dificultam o processo de crescimento do país.

Atualmente as possibilidades políticas são mais restritas, estamos vivendo um desmonte das políticas conquistadas com muita luta pelos movimentos sociais, esse governo só tem uma política de ação para o campo que é o agronegócio. O movimento social sofre esquizofrenia pelos militantes da direita para criminalizar outros movimentos de esquerda. Sobreiro Filho et al (2018).

Apesar de não declarar diretamente, as ações do governo federal evidenciam que os gastos/investimentos para as classes populares são compreendidos como desperdícios e, portanto, a saída da crise não é através do desenvolvimento popular, mas via extração da mais-valia e espoliação de seus recursos. Do outro lado, os mesmos gastos/investimentos para o desenvolvimento do agronegócio são compreendidos como uma necessidade

que não somente se justifica enquanto “desenvolvimento nacional”, mas também como o caminho para a superação da crise. Maktub: o papel de herói e protagonista nunca será do povo porque lhe cabe apenas o fatalismo, mas sempre será um desígnio do capital no âmbito da ordem neoliberal. (SOBREIRO FILHO et al, 2018, p, 27).

Temos no texto a forma como o atual governo vê os investimentos para as populações das classes populares, entende que no processo de expropriação da terra nos estados no Brasil, a pessoa que tem um modo de habitar que não acomete o meio ambiente é interessante até certo momento, quando ainda o estado não está necessitando desse recurso dessa área, quando por interesse de grupos de pessoas ou empresas as pessoas que lá moram são levadas para outros lugares mudando o seu modo de vida. Para o estado que deveria cuidar de sua população é mais interessante se aliar a esse grupo, essas pessoas sofrem violência nos outros lugares para onde são alocadas e não conseguem manter o padrão de vida que tinha antes. As formas de resistência nas comunidades é um empecilho contra o capital, por isso que é tão importante que os movimentos se fortaleçam e criem estratégias para lutar contra essa forma de desenvolvimento para o país. Segundo Sobreiro Filho et al (2018).

A estrangeirização da terra corresponde a um processo materializado de diferentes formas, como a intensificação da territorialização do agronegócio; apropriação de terras para a implantação de projetos de energia renovável, mineração e conservação ambiental; o que mostra as múltiplas estratégias do capital internacional para controlar o território. A maneira mais eficaz de compreender a estrangeirização é através do território – multidimensional e multiescalar – uma vez que a essência do processo é o controle da terra, da água, da produção agrícola, do processamento e comercialização o que possibilita também o controle das políticas do desenvolvimento da agricultura em escala nacional e internacional.

O governo Lula (2003-2011) foi responsável pelo período de maior articulação e desenvolvimento das políticas públicas (e em diversas áreas, não somente no campo social). Ponto alto do governo Lula em matéria agrária foi a edição da “Lei da Agricultura Familiar”, n.º 11.326/2006, pois esse instrumento legal teve sucesso em democratizar a política agrária, incluir todos os grupos sociais do campo (silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, quilombolas etc.) numa Política Nacional. Contudo, ao trazer esses segmentos para agricultura familiar, o governo inflacionou os dados da reforma agrária no país – o número de projeto de assentamentos rurais e de famílias rurais da reforma agrária – e, aliado aos setores do agronegócio brasileiro, não enfrentou a realidade agrária excludente e concentradora.

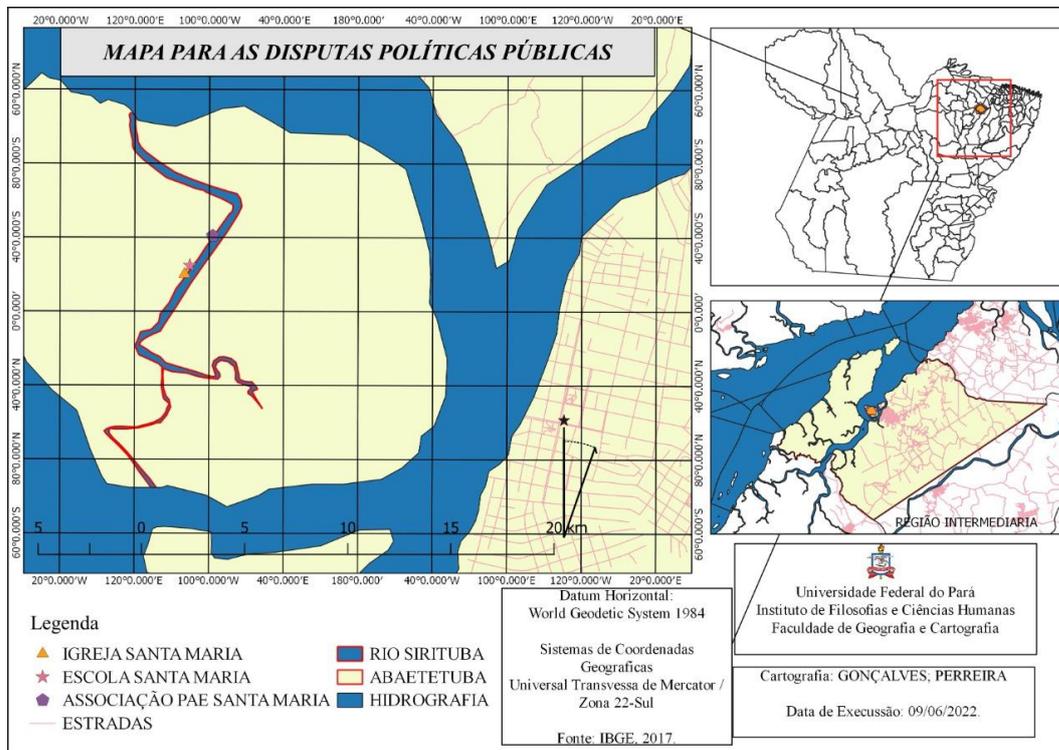
Em linhas gerais, a reforma agrária no Brasil ora está sob o controle de atores políticos hegemônicos (ruralistas, políticos, imprensa e o agronegócio) no contexto de “Política Agrária Liberal”, experimentada nos governos de Sarney, Collor/Itamar e Fernando Henrique; ora enfrenta a resistência daqueles mesmos atores no contexto de “Política Agrária Social”, proposta no governo Lula, interrompida nos governos Dilma e Temer. Em razão da ineficácia das políticas agrárias (e de reforma agrária), o campo se firmou como um espaço dominado pelos capitalistas (latifundiários, ruralistas, empresas rurais, grandes grupos econômicos) para a produção agropecuária de interesse do mercado em detrimento da agricultura familiar. (SOBREIRO FILHO et al, 2018, p, 15 - 20).

A estrangeirização da terra com a mineração, conservação ambiental e o controle de terras água, produção agrícola e tem o controle das políticas de desenvolvimento da agricultura em escala nacional e internacional, no governo Lula teve um maior desenvolvimento das políticas públicas com a Lei da Agricultura Familiar, nº 11.326/2006, mais também com incentivo ao agronegócio, ou seja, não enfrentou a realidade agrária excludente concentrada. A reforma agrária no Brasil ora está com a direita os grandes proprietários de terra e em certo período com a esquerda no governo Lula com a política agrária social. No governo Lula teve um momento de acesso a algumas políticas públicas para as classes populares como o financiamento de crédito para investir na produção, meios de transporte, mobilização da casa e outros.

NA COMUNIDADE DE RIO SIRTUBA AS FORMAS DE DISPUTAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS

Na Igreja, escola e associação são lugares onde os debates sobre as políticas de resistir na comunidade devem ser debatidos, e vai aplicar as disputas para o desenvolvimento de políticas públicas na comunidade (Figura 03).

Figura 03: Mapa de localização geográfica dos lugares de disputas de políticas públicas para a comunidade



Fonte: (GONÇALES; PEREIRA, 2022).

Na Igreja, Escola e Associação são espaços de formação de ideias e nessas bases de ensinamento que se devem discutir solução para enfrentar os perigos que rodeiam o território da comunidade de Rio Sirituba, sabe-se que a implantação do porto da Cargill trará muitos prejuízos para os moradores que moram próximo ao local de construção, como a poluição da água, desaparecimentos de peixes e camarão, desapropriação da terra e os moradores obrigados a mudar de seu território, por conta de uma empresa que não é nacional, onde vê o território como uma mercadoria e não como um lugar de produção de vida, beneficiando um grupo pequeno de pessoas. O território brasileiro na atualidade é fragmentado, ou seja, a teoria explica a realidade, mas a teoria explica várias práticas, a ciência serve para libertar e para explorar, logo os movimentos sociais têm que ter juntado as teorias e não só a prática. Segundo Sobreiro Filho (2020).

A Amazônia, que outrora fora mais contemplada com oportunidades políticas que possibilitavam o desenvolvimento das classes populares, retornou, de modo declarado, à realidade subserviente e com políticas de desenvolvimento territorial precarizadas, restritas às classes dominantes; bem como com um espaço de aproximadamente dois terços do território brasileiro, a ser explorado, “desenvolvido” e colonizado pelo agronegócio e mineradoras internacionais. Madeira, ouro, terra, água, ferro e muitas outras matérias-primas passaram a se tornar cada vez mais possíveis para as empresas e distante da realidade dos povos da Amazônia. Este processo marcou não somente a amplificação da acumulação de terras, mas também a vasta abertura e suporte para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento que produz *commodities*, em detrimento da produção de alimentos que compõem a dieta alimentar dos povos amazônidas. Com a ampla reinserção predatória da Amazônia na lógica metabólica do capital neoliberal, o território passou a ganhar sentido cotidiano cada vez mais pictórico. De um lado, seu sentido fora dominado pela lógica da acumulação, enquanto do outro lado a própria existência dos sujeitos amazônidas e seus territórios, face à violência e ao requinte de crueldade do latifúndio, do agronegócio e do Estado. Contudo, uma das mudanças mais sentidas fora a de governo, pois com a derrocada pós-neoliberal, a escalada da ultradireita fez com que o Estado não somente assumisse uma postura omissa, em muitos casos, mas também como protagonista no que se refere às violências físicas, ameaças, expropriações, retiradas de direitos e avanços. Ademais, os grupos que tomaram o Estado passaram a protagonizar uma ampla oferta não somente dos recursos naturais, mas também dos corpos, vidas e direitos humanos, tradicionais e democráticos dos amazônidas (SOBREIRA FILHO, 2020, p.02).

O território para uma comunidade ribeirinha apresenta uma economia de extração de açaí, artesanato de matapi, brinquedo de miriti, farinha para consumo e venda de frutas para a feira da cidade, frete de pessoas para o município; cultural com as festas religiosas católicas e evangélicas com seu modo de vida; escola, biblioteca, hábitos alimentares; ambiental com a dinâmica com o rio, chuva, vegetação.

A relação com a produção tem os saberes populares das pessoas mais antigas da comunidade que vão passando de geração para geração. O contrário do que pensa o grande capital que olha o lugar como uma mercadoria que visa explorar e o lucro. Sobreiro Filho (2020).

É fato que o território paraense passou a ter papel estratégico nos interesses do agronegócio e na agenda neoliberal global, por diferentes motivos, dentre eles: a produção de *commodities*, terras baratas, recursos naturais, condições e características edafoclimáticas, potencialidades logísticas de baixo custo através dos rios e a saída para o mar. É inquestionável que sua localização favorece ao escoamento de baixo custo, sobretudo, da soja oriunda do Centro-

Oeste brasileiro, mas é fundamental destacar que polos de produção, como as regiões de Paragominas e Santarém, já destacam um movimento futuro de territorialização da commodity no estado (SOBREIRO FILHO, 2020, p.04).

O território no Pará é um lugar para se explorado pelo grande capital, podemos compreender com as políticas que estão deixando de ser implantadas para suavizar os movimentos sociais e instituição que protegem a Amazônia com recursos internacionais. as políticas públicas que são uma forma de manter o homem no campo como um protetor da natureza estão sendo desamparados pelo governo atual, com ferramentas sem sentido para fragilizar os movimentos que se preocupam com o modo de vida das pessoas que moram na floresta e como usam esses recursos, sabe se que os recursos para mantiver esses projetos não são dinheiros públicos, mais de outros países e assim mesmo o governo tenta criar obstáculos para que eles não cheguem a quem precisa, como dito o desenvolvimento, pensado para a região é a derrubada da floresta para a plantação de grande monocultura que tem como meta, a concentração de commodities, grande áreas de pecuária e investimento internacional por grandes empresas, o Pará passa de um estado que não era independente e passa a ser dependente de outros na alimentação, tudo isso em nome do grande capital. Sobreiro Filho (2020),

A violência não é um fenômeno recente no estado do Pará, muito pelo contrário. Sua presença remonta desde a gênese do processo histórico de colonização até a produção do espaço agrário contemporâneo. Contudo, diferentes relações de violência coexistem. Ao passo em que ainda há a violência embrutecida e caracterizada pelo requinte de crueldade, comumente, promovida pelo latifúndio; também existem formas mais sofisticadas de subordinação, escamoteamento e subversão praticados sobretudo pelo capital financeiro. Em outras palavras, podemos afirmar que a política da morte/extermínio sempre foi vista como uma possibilidade na produção do espaço agrário da Amazônia.

Há uma clara opção em se trocar os interesses do povo e a preservação ambiental pela concentração de renda, de terras e o aumento da violência, ou seja, é um projeto público sem participação e real interesse do povo Além desses apontamentos, nos chama a atenção o fato de que a lei se baseia, em boa parte, no mercado de terras. Não somente no sentido de reforçar a exclusão pelo poder desigual de compra entre os sujeitos políticos interessados e buscar consolidar a fase mais perversa da *commoditização* das terras e produção no estado, este fato coloca o Pará em uma posição estratégica para o avanço não somente da concentração de terras, por meio da compra, mas também do agronegócio que, como já é sabido, demanda terras regularizadas, baixos preços, capacidade de escoamento (ferrovias, hidrovias

e rodovias), posição estratégica do estado no globo terrestre, água e outros recursos naturais. Em outras palavras, esse processo, por intermédio do mercado de terras, abre brechas para a amplificação das possibilidades de produção de *commodities* em detrimento da soberania alimentar e da segurança alimentar paraense; permite maior subordinação do território ao capital financeiro, ao uso de agrotóxicos e seus diversos problemas relacionados à saúde e intoxicação (alimentos, água dos rios etc.), a baixa geração de empregos, a concentração de renda etc. Por fim, a lei é excludente e ideologizada, pois busca alijar do acesso à terra justamente os movimentos que lutam por território (SOBREIRO FILHO, 2019, p.05).

Existe a violência e não a violência do mesmo modo serve para conseguir resultados, para o estado sempre foram uma possibilidade, para a burguesia uma forma de política, os latifúndios se sentem como deuses porque pode matar, matar militante significa desmontamento, ou seja, concentração de terra. Investigação na zona rural nunca se chega a um culpado, geralmente quem mata é um membro da classe trabalhadora, a diferença é quem manda matar, não é uma guerra, é um extermínio sócio territorial, uma vez que, quantos fazendeiros são mortos? A organização da comunidade é muito importante para lutar pelos seus direitos de se manter no lugar, o estado é público quem tá se beneficiado desse público é uma pequena parte da população, geralmente as empresas e os grandes proprietários de terra, a maior parte não é favorecido, resta essa grande parte da população, se organizar e pegar junto aos estados os seus direitos. Com o fortalecimento dos movimentos da comunidade, escola que faça o seu papel de formar pessoas não apenas para o mercado de trabalho, mas que abranjam a realidade que o abraça ser capaz de pensar formas para melhorar a qualidade de vida na sua região. Isso é um obstáculo a serem superados pelo grande capital para quem protegem essas áreas, uma vez que, eles querem o território e não as pessoas, a luta pela terra é uma política pública popular.

CONCLUSÃO

Conformidade com um plano de desenvolvimento bem maior que não seja apenas um valor econômico do lugar, o estado no momento atual, está sendo gerido como uma empresa que visa o lucro, que gera riqueza, mas e o que o estado deve gerir é a qualidade de vida de sua

população, para isso requer grande investimento para ser aplicado nessas políticas. O estado deve pensar o dinheiro gasto na qualidade de vida das pessoas, como investimento e não como despesas, bem como é tratado nesse momento na política. A Amazônia está na agenda do dia e deve raciocinar esta na dimensão social e não só econômica, necessita ganhar investimento para as pessoas que moram nessa região, para investir na população que muitas se encontram a margem da pobreza. Pensar outro modelo de desenvolvimento para essas pessoas não apenas o econômico, ou seja, políticas públicas devem ser desenvolvidas para a qualidade de vida das pessoas desses territórios. A educação que tenha relação com o cotidiano do aluno, mostrando porque este está inserido nesse território, e partir desse conhecimento, construir novas ferramentas de política para o território e deste modo saber identificar qual o lado da política que mais representa, de tal modo de fortalecimento das associações e movimento da comunidade, com a inclusão das lideranças para ter um resultado comum para todos os moradores da comunidade, e com a metamorfose do campesinato, instituir ferramenta para mais proveito morar nas terras.

Pois se observou que os pequenos produtores agrícolas possuem dificuldades de escoarem suas produções, é difícil competir com os grandes latifúndios do agronegócio, sendo assim há a necessidade das associações, cooperativas, instituições religiosas e institucionais/escolas se ajuntarem e irem a prol de uma luta comum, apoio e fortalecimento dos pequenos agricultores.

REFERÊNCIAS

BRASIL, DECRETO Nº7. 375, de 4 de novembro de 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORAMENTO E GESTÃO. **Portaria nº 426, de 30 de dezembro de 2013.** Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

CARDOSO, Dejalma; CARDOSO, Maria da Conceição Corrêa. Entrevista o processo de povoamento da comunidade de Rio Sirituba. Entrevista concedida em 20/06/2022.

COTTA, Jamie, VERBICARO, Camila, VÁZ, Gláucio. PROJETO OPEN–RAVA, 2008.

CRUZ, Valter do Carmo. **Dicionário da Educação do Campo: Povos e comunidades tradicionais.** Expressão Popular: Rio de Janeiro/ São Paulo, 2012.

Disponível em < [qual o nome do rio que passa em frente ao município de Abaetetuba para - Pesquisar \(bing.com\)](#)> . Acesso em 15, junho de 2022.

Disponível em <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 14, janeiro de 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões da Via Campesina. Anais do 6º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Artigo, 2004.

FERREIRA; Iraneide Souza Figueiredo; SOARES; Carme Denice Cardoso. Agente Comunitária de Saúde (ACS). Entrevistas sobre quantas famílias e pessoas moram no Rio Sirituba. Entrevista concedida em 2022.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados/** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos.-7. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Sérgio Cardoso de, PAIVA, Antônio Rodrigo das Mercês. RIBEIRINHOS URBANOS: BELÉM CIDADE DAS ÁGUAS. In: SILVA, Christian Nunes da, SILVA, João Marcio Palheta da, ROCHA, Gilberto de Miranda, BORDALO, Carlos Alexandre Leão.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITORIALIDADE NA AMAZONIA PARAENSE: elementos para a análise geográfica. GAPTA/UFGA 2016. Parte II, P. (133 - 145).

SOBREIRO FILHO, José. A AMAZÔNIA PARAENSE NO TABULEIRO DOS LATIFUNDIÁRIOS E DO AGRONEGÓCIO: DO ELDORADO DAS CONCENTRAÇÕES AO EXTERMÍNIO NO CAMPO. Segunda fase neoliberal no campo. Boletim DATALUTA, n.000, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), fev. 2019.

SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Marçano; PEREIRA, Danilo Valentin; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; LIMA, Diogo Marcelo Delben Ferreira de; IZÁ, Lorena e SILVA, Francisco Antônio da. O GOLPE NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: ASPECTOS DO AVANÇO DA SEGUNDA FASE NEOLIBERAL NO CAMPO. Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, fevereiro de 2018, número 122. ISSN 2177-4463.

SOUSA, de Fagner Freires; BARROS, Flavio Bezerra; SILVA, Camila vieira de A ILHA SIRIRUBA, OS RIBEIRINHOS E O EXTRATIVISMO DE MATAPI, 2016.

SOUSA, Miguel Antônio de. **Entrevista sobre como foi iniciada a produção de matapi no rio Sirittuba.** Entrevista concedida em 26/01/2017. 1:30.